

Plebiscito irá decidir em 1993 entre República e Monarquia

BRASÍLIA — Antes mesmo de decidir sobre as datas da eleição e posse do futuro Presidente da República, a Constituinte marcou, ontem, a data para um plebiscito: em 7 de setembro de 1993, o povo irá às urnas para dizer se deseja implantar no País a Monarquia constitucional ou manter a República.

Na mesma data, o eleitorado dirá se quer um sistema de governo parlamentarista ou se prefere o presidencialismo. E que daqui a cinco anos a Constituição que está sendo votada poderá ser reformada através do voto da maioria absoluta do Congresso Nacional.

A emenda pelo plebiscito foi aprovada por larga maioria: 495 votos contra 23 e 11 abstenções. O texto determina que, promulgada a nova Carta, caberá ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) regulamentar o plebiscito. Assegura ainda a divulgação gratuita, através dos meios de comunicação, de campanhas em favor de cada um dos regimes (República e Monarquia constitucional) e dos sistemas (parlamentarismo e presidencialismo).

O Deputado Cunha Bueno (PDS-SP), antigo e único defensor da volta do País à Monarquia, ficou tão empolgado com a reação favorável do plenário que se esqueceu de votar e só percebeu isto depois de anunciado o resultado.

— É a emoção. Vossa Excelência é



Cunha Bueno é aplaudido e cumprimentado após aprovação de sua emenda

o pai da criança — brincou o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães.

Ao defender da tribuna sua emenda, assinada ainda por outros 15 constituintes — incluindo parlamen-

taristas como o Senador José Richa (PMDB-PR) e presidencialistas como o Líder do PFL, Deputado José Lourenço —, Cunha Bueno afirmou que o povo nunca foi indagado sobre que regime e sistema de governo deseja:

— O meu texto representa o desejo de 45 mil pessoas que assinaram uma emenda popular.

Ele explicou depois por que defende a Monarquia:

— O rei está acima dos partidos e, nessa condição, exerce um poder moderador. Se o povo estiver insatisfeito com o governante que elegeu, o monarca pode destituí-lo e convocar nova eleição.

Pela proposta de Cunha Bueno, o rei seria escolhido pelo Congresso, como é feito na Espanha.

O Deputado Bocayuva Cunha (PDT-RJ) observou:

— O que era brincadeira virou uma emenda aparentemente séria graças ao trabalho do futuro Marquês Cunha Bueno.

A emenda sobre a revisão constitucional foi aprovada por 327 votos, contra 165 e 18 abstenções. Seus principais autores foram o Senador Ronan Tito (PMDB-MG) e o Deputado Joaquim Bevilacqua (PTB-SP).

O Deputado Jorge Hage (PMDB-BA) discursou contra, afirmando que a revisão será feita por um Congresso já às vésperas de encerrar o mandato, pois a próxima eleição para deputados e senadores será em 1990 e a revisão três anos depois.

A emenda defende que, após cinco anos da promulgação da futura Constituição, a maioria absoluta do Congresso, em sessão unicameral, fará a revisão constitucional.

Mais de 600 emendas ainda serão examinadas

BRASÍLIA — A Constituinte deverá examinar mais de 600 emendas apresentadas ao Ato das Disposições Transitórias, um apêndice do texto constitucional que reúne medidas de adaptação e transição para a nova ordem. Os temas são heterogêneos e há muitos assuntos controversos: anistia a militares cassados, anistia a empréstimos contraídos na época do Plano Cruzado por microempresas, prorrogação de mandatos de prefeitos, anulação da fusão do antigo Estado da Guanabara ao do Rio de Janeiro, criação de novos Estados, reabertura dos cassinos, efetivação de funcionários sem concurso e formação de novos partidos, entre outros.

■ **PRORROGAÇÃO** — Já na próxima semana, a Constituinte deverá decidir sobre um assunto muito polêmico: a prorrogação dos mandatos dos prefeitos e vereadores. As propostas vão desde o adiamento puro e simples das eleições municipais de novembro deste ano até a instituição de mandato-tampão de dois anos.

■ **ANISTIA** — As esquerdas tentarão estender a anistia aos marinheiros punidos em 1964, mas a tendência da maioria da Constituinte é ficar com a posição das Forças Ar-

madas, que rejeitam inteiramente esta hipótese.

■ **"MARAJÁS"** — Há um movimento para aprovar um artigo do texto da Comissão de Sistematização, abandonado pelo Centrão, que não considera como direitos adquiridos as vantagens conseguidas pelos "marajás" da administração pública.

■ **EFETIVAÇÃO** — Há duas efetivações de funcionários sem concurso público previstas no texto do Centrão: uma atinge especificamente o Ministério Público e a outra os funcionários públicos federais, estaduais e municipais com mais de cinco anos de serviço.

■ **ESTADOS** — O texto do Centrão cria o Estado de Tocantins, desmembrado de Goiás, o que tem o apoio da maioria dos constituintes. Outras divisões territoriais irão à votação, com chances reduzidas. Os novos Estados seriam: Triângulo (Minas), Tapajós (Pará), Santa Cruz (Bahia), Iguaçú (Paraná e Santa Catarina), Maranhão do Sul (Maranhão), São Francisco (Minas e Bahia). Os Deputados José Maurício (PDT), Francisco Dornelles (PFL) e José Carlos Coutinho (PL) têm emendas pela realização de plebiscito,

em 15 de novembro deste ano, para saber se o povo quer anular a fusão do antigo Estado da Guanabara ao do Rio de Janeiro. E o Deputado Osman Lima (PMDB) quer tornar o Acre "um Estado independente, vinculado ao Brasil".

■ **MICRO** — Há proposta de anistia para os microempresários inadimplentes em consequência de investimentos realizados durante o Plano Cruzado. Os constituintes estão sendo advertidos pelo Governo de que a concessão deste benefício poderia abrir o caminho, via Judiciário, para outros maiores.

■ **CONTRATOS DE RISCO** — O texto do Centrão é omissivo, mas quando da votação da Ordem Econômica, que acabou com os contratos de risco, houve compromisso de incluir nas Disposições Transitórias artigo ressaltando os já existentes.

■ **NOVOS PARTIDOS** — A tendência, inclusive do Centrão, é a liberalização das exigências de criação de novos partidos, consideradas muito burocráticas pelos políticos.

■ **CASSINOS** — O Deputado Aluísio Vasconcelos (PMDB-MG) tem emenda reabrindo os cassinos nas estâncias hidrominerais e cidades turísticas.

Polêmica voltará com perdão para marinheiros

BRASÍLIA — Depois de apreciar os dispositivos referentes às eleições municipais — parte do mesmo artigo que fixou em cinco anos o mandato do Presidente Sarney —, a Constituinte esbarra em outro tema polêmico: a anistia.

Os militares não cedem quanto aos benefícios para cassados da Marinha e da Aeronáutica. O Líder do PDS, Senador Jarbas Passarinho (PA), que é Coronel da Reserva, afirmou:

— As Forças Armadas engoliram, arranhando a garganta, o texto da Comissão de Sistematização.

O lobby pela anistia está instalado no Congresso. Segundo o Coordenador Nacional da Federação das Associações de Defesa da Anistia, Paulo Henrique Ferro Costa, as lideranças partidárias já têm em mãos três propostas de fusão de emendas que beneficiariam os 400 marinheiros e fuzileiros navais expulsos em 1964. Uma das fusões retira das Forças Armadas a responsabilidade sobre os marinheiros não anistiados, repassando-a ao Congresso, que definiria os benefícios através de lei complementar.

Mailson adverte que juros e anistia vão tornar País inviável

BRASÍLIA — A manutenção pela Constituinte do teto de 12 por cento nos juros e da anistia aos débitos das microempresas e agricultores (cerca de CZ\$ 520 bilhões) "inviabilizará o País", afirmou ontem o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. A reforma tributária inserida na nova Carta, em sua opinião, levará a cortes drásticos nas despesas com o crédito rural, formação de estoques reguladores, investimentos em infra-estrutura e transferências a fundo perdido.

Mailson considerou o limite dos juros uma extravagância e a anistia — que será votada nas Disposições Transitórias — "injusta e discriminatória". O Ministro informou que sua equipe está elaborando um documento técnico para mostrar aos constituintes as graves consequências destas decisões para a economia.

— Não se trata de fazer pressão sobre os constituintes, mas de informar — frisou Mailson.

Ele advertiu que, se mantidas no segundo turno, as medidas prejudicarão a classe trabalhadora, o consumidor, os Estados e os Municípios:

— O consumidor será prejudicado porque é impossível conceder crédito direto ao consumo com taxas máximas de 12 por cento de juros, dado o custo operacional deste tipo de financiamento. Os Governos estaduais e municipais perderão os financiamentos externos, procedentes das instituições multilaterais de crédito, porque, infelizmente, no exterior a emenda Fernando Gasparian não é aplicada. A classe trabalha-



Mailson: contra anistia a micros

dora perderá, porque o País deixará de investir e consumir.

Quanto à reforma tributária aprovada pela Constituinte, Mailson disse que trará como consequência a transferência de encargos da União aos Estados e Municípios, além dos cortes nas despesas de responsabilidade do Tesouro. Como exemplos, o Ministro citou a redução do crédito rural e para a formação de estoques reguladores de grãos; a redução dos investimentos em infra-estrutura (estradas, saneamento, urbanização etc); e corte nas transferências de recursos, a fundo perdido, aos Governos estaduais e municipais.

— A infra-estrutura terá que ser feita pelo setor privado, Estados e Municípios. Ficará muito pouco a cargo do Governo — concluiu.